

Legitimidade das Partes

Legitimidade “ad causam”



Quem pede?



**Em face de
quem se pede?**

Art. 6. Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

Código de Processo Civil

LEGITIMIDADE ORDINÁRIA

Pertinência subjetiva relativamente à lide que constitui objeto do processo civil

Alfredo Buzaid

CONTEXTO

- a) Em regra, estará presente quando o jurisdicionado ingressa em juízo, em nome próprio, na defesa de direito (ação/reação) que lhe é próprio, nos termos do que afirmado na inicial
- b) São legítimos, para a causa, os titulares da relação jurídica deduzida, pelo demandante, no processo
- Alexandre Freitas Câmara*

EXEMPLOS (ALEXANDRE FREITAS CÂMARA):

- a) Aquele que propõe Ação de Divórcio afirma existir entre ele e a parte adversa, uma relação matrimonial.
- b) Na ação de despejo, a legitimidade ativa pertence àquele que se diz locador, enquanto a legitimidade passiva é daquele que o locador afirma ser o locatário
- c) Na ação de cobrança, o legitimado ativo será aquele que se diz titular de um direito de credito, e legitimado passivo aquele apontado pelo autor como devedor

EXEMPLO (MISAELO MONTENEGRO FILHO):

- a) O vizinho que assiste à invasão de imóvel limítrofe ao seu.

REGRA

- Legitimidade Ordinária

EXCEÇÃO

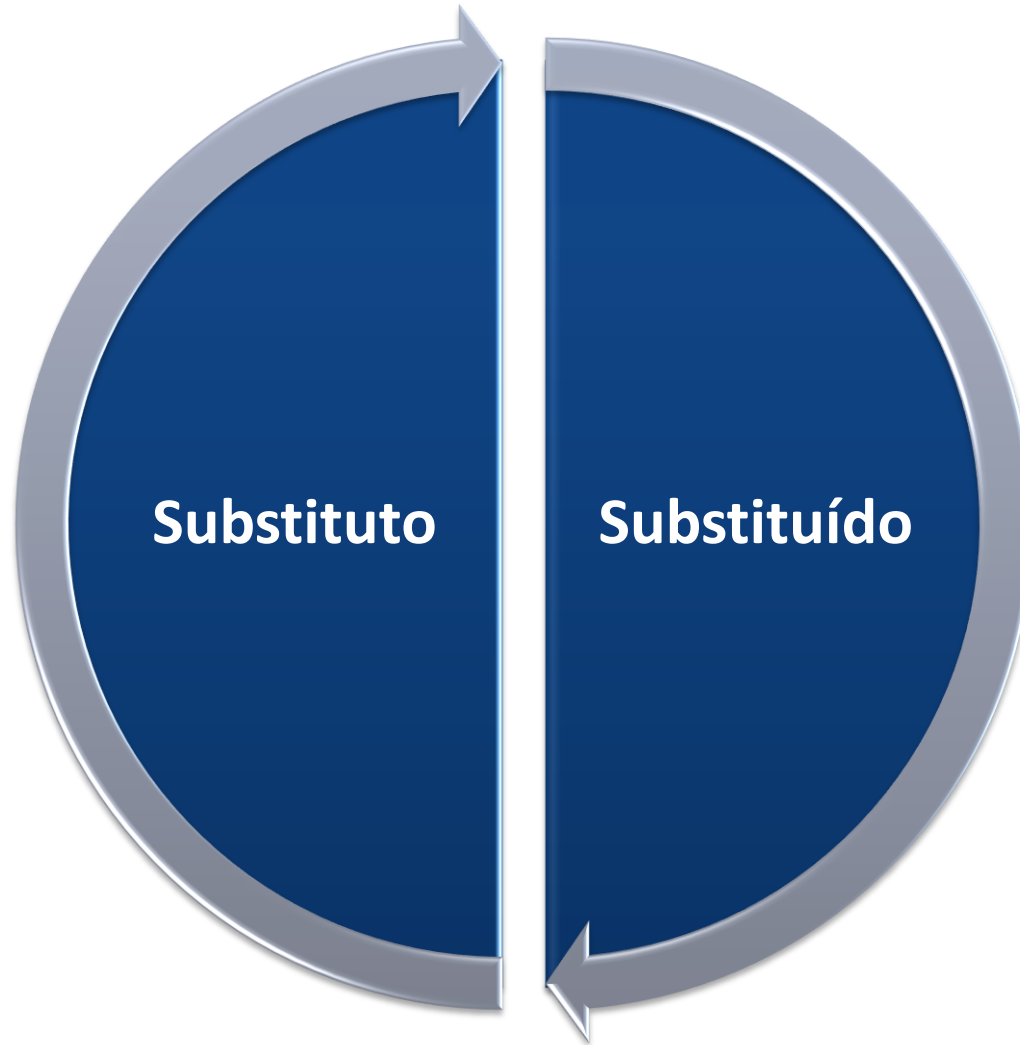
- Legitimidade Extraordinária

EXCEÇÃO

- a) **LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA OU SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL**
- b) **Defesa, em juízo, em nome próprio, de direito alheio (ou não exclusivo).**
- c) **Somente ocorre em hipóteses taxativamente previstas no ordenamento, não podendo resultar de convenção entre as partes**

EXEMPLOS

- a) **Sindicatos** (*art. 8, II, CF/88*)
- b) **Ministério Público e Defensoria Pública**
- c) **Associações de classe, Procon**
- d) **Mandado de Segurança Coletivo**
(*art. 5º, LXX, CF/88*)
- e) **Ação Civil Pública**
- f) **Atuação de condôminos e acionistas**
(*art. 1.314, 1342, CC/2002*)

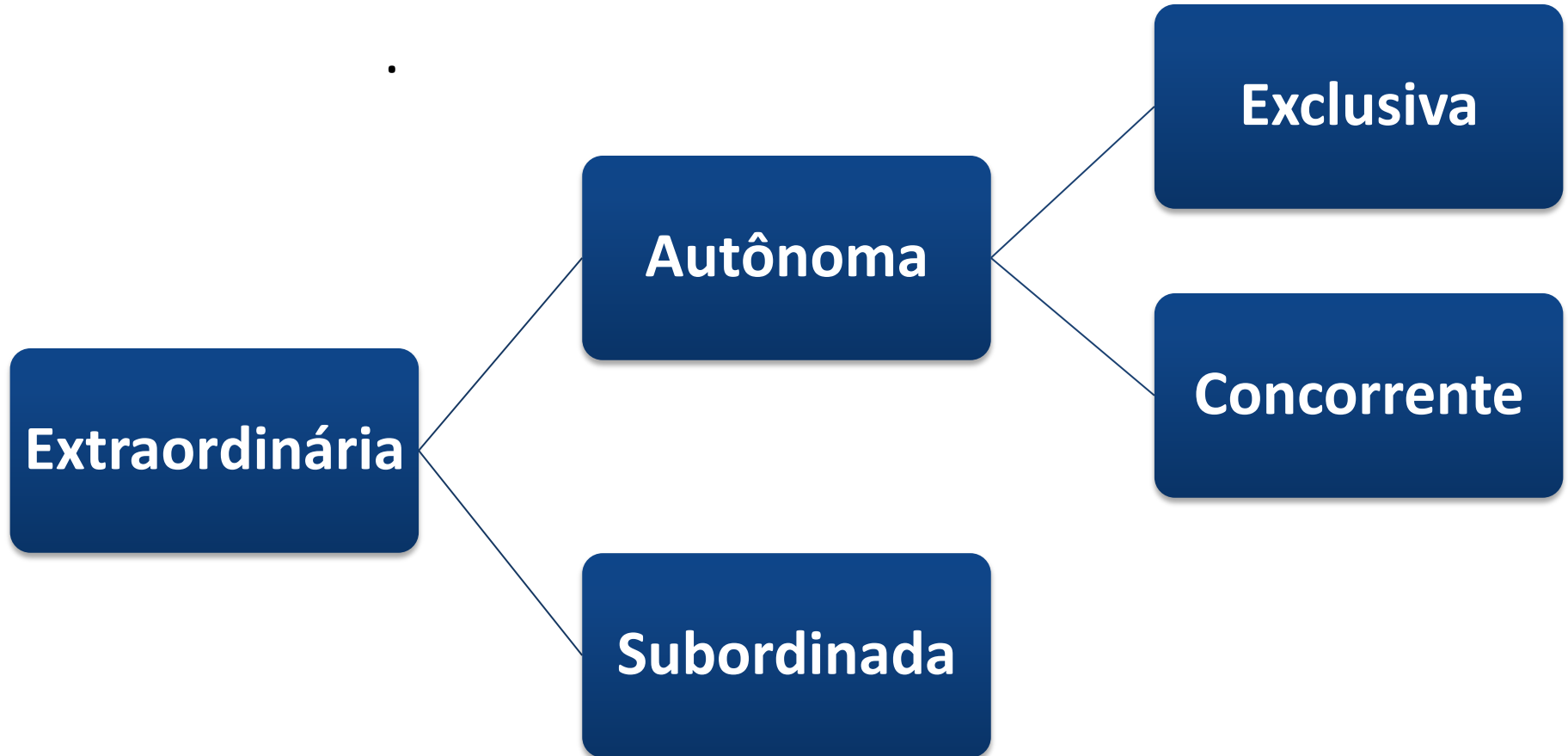


ATUAÇÃO *Substitutos*

- a) Os substitutos processuais atuam na condição de parte, submetendo-se a ônus e deveres processuais, a exemplo das regras de lealdade processual e adiantamento de custas
- b) Possuem poderes de gestão processual (alegar, postular, recorrer), mas não de disposição do direito controvertido, nem tampouco prestar depoimento pessoal

ATUAÇÃO *Substituídos*

- a) **Exceção ao art. 472, do CPC, já que os substituídos ficam sujeitos, em regra, aos efeitos da sentença e da coisa julgada, dela decorrente, mesmo não tendo participado do processo**
- b) **Ainda que tivessem legitimação ordinária**
- c) **Pressuposto processual negativo (art. 247, V, do CPC)**



Classificação

a) **Autônoma Exclusiva**

- Regime dotal de bens da mulher casada
- Cidadão na Ação Popular

a) **Autônoma Concorrente**

- Investigação de paternidade
- Ação de Alimentos

a) **Subordinada**

- Atuação de condôminos
- Atuação de acionistas de SA
- Ação de interdição (art. 1.182, CC/02)

SUCCESSÃO PROCESSUAL

Perpetuatio Legitimationis

Art. 41. Só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei.

Art. 42. A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.

1º O adquirente ou o cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária.

2º O adquirente ou o cessionário poderá, no entanto, intervir no processo, assistindo o alienante ou o cedente.

3º A sentença, proferida entre as partes originárias, estende os seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário

SUCCESSÃO PROCESSUAL

- a) **Morte** (*art. 43, 265, 1.055, do CPC*)
- b) **Cessão de direitos**
- c) **Sucessão Empresarial**
- d) **Seguro de Vida** (*art. 792, CPC*)
- e) **Nomeação à autoria**
- f) **Alienação de bem litigioso** (*art. 42, CPC*)
- g) **Ação Popular** (*Art. 16, LAP*)

Representação

Nome alheio,
direito alheio

Mandato

Advogados,
p. ex.

ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA AÇÃO

Partes

- Partes principais
- Partes auxiliares
- Parte complexa

Causa de Pedir

- Fatos (remota)
- Fundamentos Jurídicos (próxima)

Pedido

- Mediato (bem da vida)
- Imediato (providência)

Litispendência, Conexão e Continência

Limites à jurisdição

Fixação de competência

**Quem e o que fica vinculado à
sentença**

**Quem e o que fica vinculado à coisa
julgada**

CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES

Quanto ao tipo de provimento

Conhecimento

**Crise de
certeza**

**Declara quem
merece a tutela
jurisdicional**

Executiva

**Crise de
adimplimento**

**Satisfação do credor
às custas do devedor
de um direito já
acertado**

Cautelar*

**Crise de
urgência**

**Assegurar a
utilidade do
provimento e
preservar o objeto
do processo**

a) Ação de Conhecimento

“pretende-se obter pronunciamento de uma sentença que declare entre os contendores quem tem razão e quem não tem” (*Humberto Theodoro Junior*)

b) Ação de Execução

“o órgão jurisdicional põe suas mãos no patrimônio do devedor e satisfaz o direito do credor” (*Liebman*)

c) Ação Cautelar

“providências urgentes e provisórias, tendentes a assegurar os efeitos de uma providência principal, em perigo por eventual demora” (*Amaral Santos*)

Ação de Conhecimento

(Miguel Medina e Teresa Arruda Alvim)

Declaratória

existência/inexistência de uma situação ou relação jurídica

***Ex.: falsidade de documentos
(art. 4, 325 e 470)***

Constitutiva

criar, modificar o extinguir uma situação ou relação jurídica

Condenatória

existência de direito à restauração de um direito violado/ameaça do (obrigação)

EXEMPLOS (Wambier e Talamini)

a) Ação de Conhecimento – DECLARATÓRIA

Autenticidade ou falsidade de documentos

Antigo devedor que perde o comprovante de pagamento

b) Ação de Conhecimento - CONDENATÓRIA

Ação de reparação de danos, alegando a ocorrência de danos materiais e morais que precisam ser ressarcidos e reparados

Autoriza-se posterior execução

EXEMPLOS (Wambier e Talamini)

c) Ação de Conhecimento – CONSTITUTIVA

Declaração acompanhada de constituição, modificação e desconstituição de uma situação jurídica

Ação de Anulação de Contrato

Divórcio

Ação de Conhecimento

Mandamental

*Condenatória
(fazer/não fazer) +
Ordem de
Comprimento*

**Executiva *lato
sensu***

*Garantir o
adimplemento
(obrigação de dar)*

EXEMPLOS (Wambier e Talamini)

c) Ação Mandamental

Ordem cujo descumprimento caracteriza desobediência à autoridade estatal passível de sanções penais (crime de desobediência) e civil (multa de 20 % - art. 14, do CPC)

Mandado de Segurança

Nunciação de Obra Nova (art. 934, CPC)

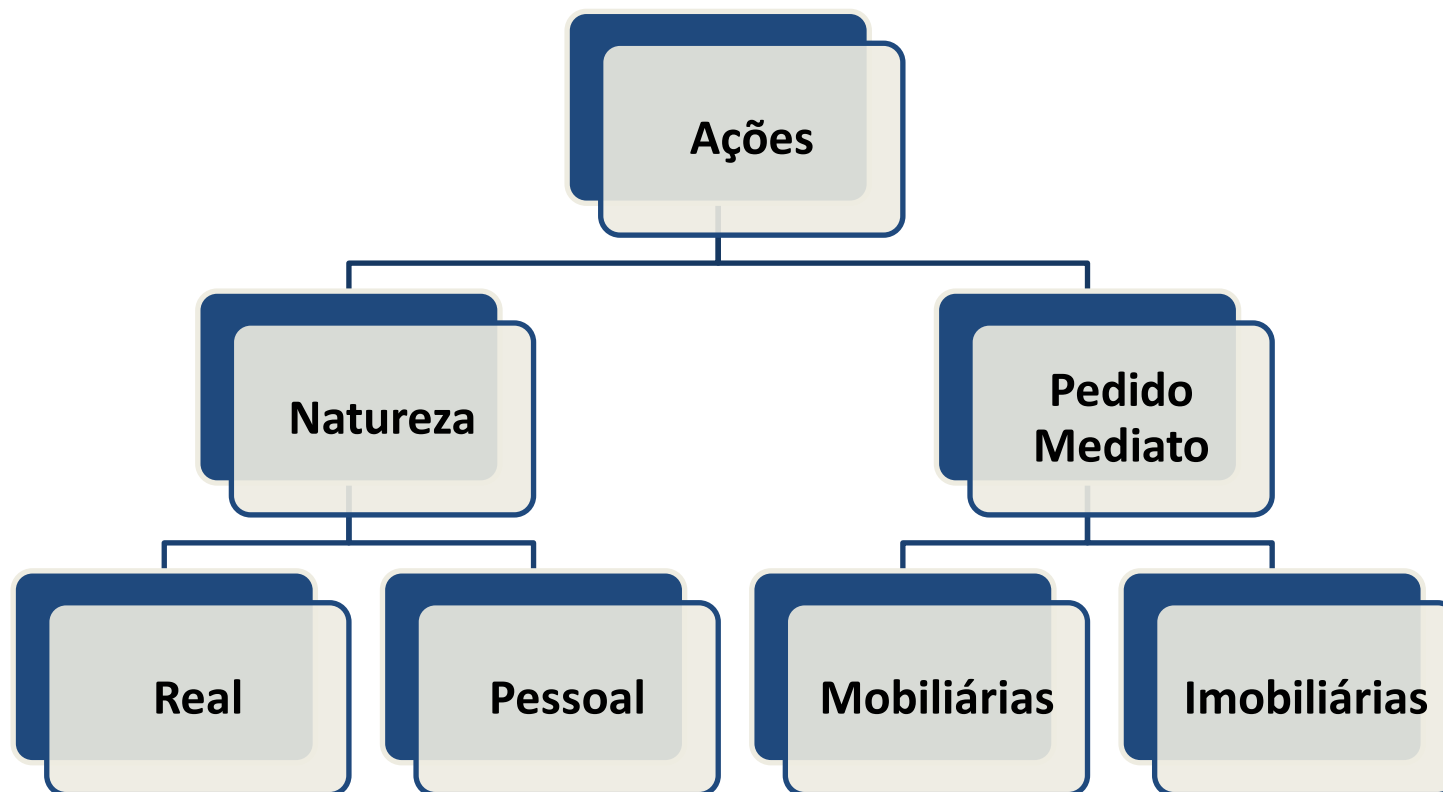
EXEMPLOS (Wambier e Talamini)

c) Ação Executiva *lato sensu*

Plus em relação à condenatória

Independente de posterior requerimento de execução

Ação de Despejo



Competência
(arts. 94 e 95, CPC)

Capacidade Processual
(art. 10, CPC c/c art. 1647, CC)

OBSERVAÇÕES

A) CONDIÇÕES DA AÇÃO GERAIS E ESPECÍFICAS:

a.1) Mandado de Segurança

direito líquido e certo

prazo decadencial de 120 dias

a.2) Ação Rescisória

Depósito prévio de 5 % sobre o valor da causa

Prazo decadencial de 2 anos

B) AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO DECORRENTE DE ACIDENTE DE VEÍCULO. LEGITIMIDADE. ÉXPURGOU O PREJUÍZO.

C) RECONHECIMENTO DE CARÊNCIA DA AÇÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO

c.1) pode ser alegada e qualquer grau de jurisdição

c.2) deve ser previamente prequestionada

D) DISTINÇÃO ENTRE LEGITIMAÇÃO PLÚRIMA E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

E) SE AS PARTES FOREM INCAPAZES SERÃO ASSISTIDAS OU REPRESENTADAS, NOS TERMOS DA LEI CIVIL, MAS AINDA ASSIM HAVERÁ LEGITIMIDADE ORDINÁRIA

E) LEGITIMIDADE DAS PARTES = LEGITIMATIO AD CAUSAM

Vínculo existente entre os sujeitos da demanda e a situação jurídica afirmada (Fredie Didier)

É sempre bilateral

E) LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL (*Diferentes?*)

F) LEI DE AÇÃO POPULAR E MINISTÉRIO PÚBLICO (*Lei n. 4717/65*)

- G) SUCESSÃO / SUBSTITUIÇÃO / REPRESENTAÇÃO**
- H) BASTA A DISCORDÂNCIA DE QUALQUER UM DOS LITISCONSORTES PARA QUE NÃO SE ADMITA A SUCESSÃO DO ALIENANTE PELO ADQUIRENTE**
(Celso Agrícola Barbi)
- I) SE FOR O AUTOR AQUELE QUE ALIENAR O BEM OU A COISA LITIGIOSA, ANTES DA CITAÇÃO DO RÉU, O QUE FAZER? A COISA JÁ É LITIGIOSA OU NÃO? NÃO O SENDO, DEVERÁ HAVER A IMEDIATA SUCESSÃO PELO ADQUIRENTE? E SE FOR, APLICA-SE O ART. 42? *(Sidnei Jr)***

J) COMPRA E VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO AO ALIENANTE O ADQUIRENTE SOMENTE PODERÁ PEDIR PARA INGRESSAR NO FEITO APÓS PAGAR INTEGRALMENTE O PREÇO, PORQUE SÓ NESSE MOMENTO LHE SERÁ TRANSFERIDA A PROPRIEDADE, ANTES DISSO, SOMENTE SE A AÇÃO EM TRÂMITE MOVIDA CONTRA O ALIENANTE POR UM TERCEIRO FOR DE NATUREZA POSSESSÓRIA E O ADQUIRENTE TIVER RECEBIDO A POSSE DO BEM

- J) COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, SE NÃO FOR REGISTRADO, O PROMISSÁRIO COMPRADOR SOMENTE PODERÁ PEDIR PARA INGRESSAR NO FEITO APÓS PAGAR INTEGRALMENTE O PREÇO. AÇÃO MOVIDA DE NATUREZA POSSESSÓRIA. JÁ TIVER RECEBIDO O IMÓVEL.**
- K) LEGITIMIDADE E COISA JULGADA NAS AÇÕES COLETIVAS**
- L) MANDADO DE SEGURANÇA. MORTE IMPETRANTE. EXTINÇÃO. SUCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE (STF)**

- J) NOIVO. ILEGITIMIDADE. INDENIZAÇÃO. FALECIMENTO DE SEUA NOIVA.**
- K) PESSOA JURÍDICA. DIREITO PÚBLICO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. IMPOSSIBILIDADE. (STJ)**
- L) EXCESSO DE ACESSO E JURISDIÇÃO**
- M) CONDIÇÕES DA AÇÃO ESPECÍFICAS: MANDADO DE SEGURANÇA, AÇÃO POPULAR E OUTRAS AÇÕES COLETIVAS**
- N) HABEAS DATA E DPVAT? PRÉVIA VIA ADMINISTRATIVA?**

“os efeitos da decisão judicial repercutirão diretamente apenas no patrimônio do substituído, embora o substituto fique submetido ao que decidido. No entanto, não escaparão as consequências da sucumbência” ou mesmo litigância de má fé

- 1. Súmula 627/STF**
- 2. Súmula 63/STF**
- 3. Súmula 99/STJ**
- 4. Súmula 226/STJ**
- 5. Súmula 150/STJ**
- 6. Súmula 181/STJ**